



Simulado Final

TRTAL

**Técnico Judiciário
Área Administrativa**

Pós-Edital

PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
19ª REGIÃO

Simulado Especial

Simulado TRT AL – Técnico Judiciário – Área Administrativa – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso do TRT AL;
- 2 – A prova contém **60 itens** que abordam conhecimentos cobrados no conteúdo programático;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.
- 8 – Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo(a) vai corrigir, a partir do padrão de respostas disponível na área do aluno.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TRT-AL-TJ-AA-04-12>

- | | | |
|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE |

CONHECIMENTOS GERAIS

PORTUGUÊS

Patricia Manzato

Observe a charge a seguir e responda às questões de 1 a 5:

CADASTRAMENTO...



Disponível em <<https://blogdoaftm.com.br/>>

01. Na charge, a construção do humor foi possibilitada pelo fato de:

- a) um dos personagens revelar habilidade com tecnologia.
- b) um sentido inesperado do termo “auxílio”;
- c) contrapor o verbal e o não verbal em relação ao termo “telefone”;
- d) um dos personagens relatar uma situação ambígua;
- e) os dois personagens não conseguirem se entender.

02. O uso de uma linguagem descontraída na construção da charge é um recurso para:

- a) tentar reproduzir ao máximo o contexto dos personagens;
- b) difundir a ideia de inferioridade dos personagens;
- c) dar uma explicação à ação dos personagens;
- d) demonstrar a influência da linguagem da internet;
- e) facilitar a leitura para o leitor

03. Infere-se da charge que

- a) as ações do governo podem não alcançar aqueles que mais necessitam;
- b) todos podem ter um telefone;
- c) a miséria vem se alastrando em todo o país;
- d) não é comum encontrar telefones que baixem apps nas ruas;
- e) não se pode desfrutar de benefícios sem a tecnologia

04. Na segunda fala, o enunciado “*Ainda tô tentando baixar o app*” expressa uma:

- a) ação futura duvidosa.
- b) atividade presente essencial.
- c) evento habitual contingente.
- d) ação presente progressiva.
- e) evento pretérito progressivo.

05. Na primeira fala, em “*Já conseguiu se cadastrar (...)*”, verifica-se no enunciado uma relação semântica de:

- a) tempo.
- b) condição.
- c) casualidade.
- d) contraste.
- e) concessão.

Leia o texto a seguir e responda às questões de 6 e 10:

O filme “Justiça para Todos” aborda de forma clara, ações antiéticas, parciais de profissionais, mais precisamente, do juiz, em que, contrata o advogado para defendê-lo, alegando ser inocente. No entanto, no decorrer do filme, o advogado descobre que o juiz, seu cliente, é culpado, por este motivo, na audiência ele diz que o juiz deve sim ser condenado, pois é culpado.

Nota-se que as normas éticas são de fundamental importância, para que tenhamos uma justiça plena e justa. A atuação do advogado, de forma objetiva, de boa-fé, é indispensável, para que seja aplicada de forma legal, o direito.

É fundamental, que tais profissionais, atuem dentro da lei, zelando e lutando pelos direitos dos clientes, mantendo sigilo, cumprindo seus deveres, mas, devendo sempre agir com imparcialidade, legalidade, boa-fé, a fim de fazer justiça da forma correta.

Os direitos fundamentais e os estatutos de ética protegem a sociedade de possíveis arbitrariedades e guia os profissionais da advocacia para uma atuação correta e justa.

Enfim, o filme “Justiça para Todos”, é um exemplo da importância atuação de forma ética por parte dos advogados, tanto para a efetividade do Direito, de forma justa e imparcial, e para a garantia dos direitos da personalidade humana.

Adaptado de <<https://ferrazbar.jusbrasil.com.br/> >

06. Na defesa pela ética, o autor do texto defende a ideia de que

- a) a importância da ética se sobressai aos direitos fundamentais;
- b) juízes pautam-se em direitos fundamentais, exclusivamente;
- c) o trabalho tanto de juízes quanto advogados deve se pautar em fundamentos éticos e constitucionais;
- d) advogados pautam-se apenas em seus direitos previstos em estatutos.
- e) juízes e advogados deixam sobressair aspectos formais a materiais.

07. O uso do conectivo “No entanto”, no primeiro parágrafo, introduz um

- a) efeito de finalidade;
- b) sentido adversativo;
- c) sentido explicativo;
- d) efeito de causalidade;
- e) efeito de conformidade.

08. Considerando a leitura do texto, pode-se inferir que ele:

- a) indaga o leitor sobre a função da ética no meio jurídico;
- b) descreve o filme “Justiça para Todos”;
- c) expõe dados sobre ações contra juízes;
- d) reflete sobre o impacto da atuação dos operadores do Direito e magistrados;
- e) apresenta dados sobre a realidade do Poder Judiciário.

09. A forma reduzida da oração subordinada *para que tenhamos uma justiça plena e justa* é:

- a) para que se tivesse uma justiça plena e justa;
- b) para se ter uma justiça plena e justa;
- c) para que haja uma justiça plena e justa;
- d) para tendo uma justiça plena e justa;
- e) para ter tido uma justiça plena e justa.

10. O texto utiliza-se do filme “Justiça para todos” com a intenção de

- a) exemplificar a recorrência dos atos ilegais;
- b) dar ênfase na atuação legítima dos advogados;
- c) posicionar o leitor contra os juízes;
- d) exemplificar a tese defendida pelo autor;
- e) resumir a reflexão do texto.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocelin

11. Em um restaurante, o marido diz para a esposa: "Vamos comer lagosta ou beber refrigerante." A esposa, negado a afirmação, diz:

- a) Se vamos comer lagosta, então não vamos beber refrigerante.
- b) Não vamos comer lagosta ou não vamos beber refrigerante.
- c) Se não vamos comer lagosta, então não vamos beber refrigerante.
- d) Não vamos comer lagosta e não vamos beber refrigerante.
- e) Se não vamos comer lagosta, então vamos beber refrigerante.

12. Considere a afirmação:

"Na vida profissional, todos os engenheiros são bem-sucedidos."

Se essa frase é falsa, é correto concluir que:

- a) Na vida pessoal, todos os engenheiros são malsucedidos.
- b) Na vida profissional, todos os engenheiros são malsucedidos.
- c) Na vida profissional há, pelo menos, um engenheiro que não é bem-sucedido.
- d) Na vida pessoal há engenheiros que não são bem-sucedidos.
- e) Profissionalmente nenhum engenheiro é bem-sucedido.

13. Considere que os números que compõem a sequência seguinte obedecem a uma lei de formação.

(414, 412, 206, 204, 102, 100, ...)

A soma do nono com o décimo termo dessa sequência é igual a

- a) 98
- b) 72
- c) 58
- d) 46
- e) 38

14. Uma pesquisa realizada entre 1.100 alunos do ensino médio do Estado de Alagoas mostra que, entre as matérias de Matemática, Biologia e História, 500 alunos gostam de Matemática, 500 alunos gostam de Biologia e 600 alunos gostam de História. Além disso, 100 alunos gostam de Matemática e de Biologia, 200 alunos gostam de Matemática e de História, bem como 300 alunos gostam de Biologia e de História. Sabendo-se que todos os 1.100 alunos gostam de alguma matéria, o total de alunos que gostam somente de Biologia é:

- a) 100
- b) 200
- c) 300
- d) 400
- e) 500

15. Em um país tropical, a média de preços do setor de transportes apresenta grande volatilidade. No primeiro mês, os preços desse setor aumentaram em 20%. No segundo mês, os preços caíram 20%. Por fim, no terceiro mês observado, os preços aumentaram em 10%.

Quanto à situação apresentada, é correto afirmar que, ao final do terceiro mês observado, a média de preços do setor de transportes:

- a) aumentou em mais de 10%.
- b) aumentou em 10%.
- c) aumentou em um valor entre 5% e 10%.
- d) aumentou em um valor menor ou igual a 5%.
- e) diminuiu.

LEGISLAÇÃO

Géssica Ehle

16. De acordo com a Lei nº 8.112/90, são requisitos básicos para investidura em cargo público, dentre outros:

- a) nacionalidade brasileira e certidão negativa de débitos
- b) aprovação em concurso público e gozo dos direitos políticos
- c) idade mínima de 21 anos e aptidão física e mental
- d) aptidão física e mental e nacionalidade brasileira
- e) idade mínima de 18 anos e aprovação em concurso público

17. A propósito do processo disciplinar dos servidores públicos, a Lei nº 8.112/1990 leia as assertivas a seguir.

I. extinta a punibilidade pela prescrição, serão cancelados todos os registros nos assentamentos individuais do servidor.

II. o servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

III. O julgamento fora do prazo legal implica nulidade do processo.

IV. Havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá à autoridade competente para a imposição da pena mais grave

É correto o que se afirma em:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I, II e III
- d) III e IV
- e) II e IV

18. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, que regula o Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, não é hipótese de impedimento do servidor o que se afirma em:

- a) servidor ou autoridade que tenha interesse direto ou indireto na matéria
- b) servidor ou autoridade que esteja litigando judicial ou administrativamente com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro
- c) servidor ou autoridade que tenha cônjuge arrolado como testemunha em processo sob sua responsabilidade
- d) servidor ou autoridade que esteja atuando em processo administrativo em que um dos é seu ex-marido com quem esteve em litígio por vários anos
- e) servidor ou autoridade designado a atuar como perito em processo administrativo que esteja conduzindo

19. Nos termos do Regimento Interno do TRT da 19ª Região, independe de maioria absoluta:

- a) a convocação de sessões solenes
- b) o julgamento do incidente de uniformização de jurisprudência pelo Tribunal Pleno
- c) o julgamento do incidente de resolução de demandas repetitivas
- d) o Tribunal declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo do Poder Público
- e) o Tribunal promover o exame e apreciação dos projetos de Súmula

20. Segundo o que dispõe a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), leia as assertivas a seguir.

- I. dado pessoal sensível é toda informação relacionada a pessoa natural, ou jurídica, identificada ou identificável.
- II. dado anonimizado é utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis no momento do tratamento para desassociar o dado do indivíduo
- III. agentes de tratamento, o controlador, operador e o encarregado.
- IV. Indivíduo que coleta e classifica dados pessoais postados por determinado usuário em sua rede social promove o tratamento desses dados.

É correto o que se afirma em:

- a) Apenas a I
- b) Apenas a II
- c) Apenas a III
- d) Apenas a IV
- e) Nenhuma das alternativas

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

21. Nos termos do art. 5º, XXXII, da Constituição Federal, “o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor”. O mencionado preceito constitucional dá origem a uma norma de eficácia:

- a) plena e aplicabilidade imediata.
- b) limitada de princípio programático.
- c) contida e aplicabilidade imediata.
- d) plena e aplicabilidade diferida.
- e) limitada de princípio institutivo.

22. Caio e Tício estavam discutindo a respeito de dois grandes direitos consagrados na Constituição Federal, o direito de reunião e o direito de associação, desse debate concluíram corretamente que:

- a) As associações só poderão ter suas atividades suspensas ou serem compulsoriamente dissolvidas por decisão judicial, exigindo-se, nos dois casos, o trânsito em julgado.
- b) A criação de associações independe de autorização, sendo necessário seu registro em órgão competente, vedada a interferência estatal em seu funcionamento.
- c) É possível o porte de armas em reuniões quando se tratar de manifestação de integrantes da área da segurança pública.
- d) O aviso prévio é requisito indispensável para o exercício do direito de reunião, a ausência do aviso implica na ilegalidade da manifestação.
- e) O direito de reunião pressupõe a união de pessoas em caráter temporário, enquanto a associação pressupõe a união de pessoas em caráter permanente, com interesses em comum.

23. À luz dos dispositivos constitucionais, em relação aos direitos sociais, assinale a alternativa correta.

- a) A proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei, é um direito constitucional estendido à categoria do trabalhador doméstico.
- b) Nas empresas de mais de cento e cinquenta empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, exceto em questões administrativas.
- d) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária.
- e) É facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.

24. Elizabeth e seu marido Philip são ingleses e estão a serviço do governo Mexicano no Brasil. Elizabeth estava grávida e durante a sua estadia no país entrou em trabalho de parto, nascendo o seu filho Charles em território brasileiro. Charles não foi registrado em repartição pública brasileira. Diante da situação hipotética é correto afirmar que:

- a) Charles será considerado brasileiro nato, diante do fato de ter nascido em território brasileiro, mesmo que seus pais sejam estrangeiros, uma vez que estes não estavam a serviço de seu país.
- b) Charles poderá solicitar a nacionalidade brasileira caso venha residir no Brasil depois de atingida a maioridade.
- c) Caso Charles resida por 15 anos ininterruptos no Brasil e não tive condenação criminal, poderá requerer a nacionalidade brasileira.
- d) Charles não será considerado brasileiro, pois seus pais são estrangeiros a serviço de outro país, não possuindo vínculo com o Brasil, não se enquadrando nas hipóteses legais de nacionalidade.
- e) Charles será brasileiro naturalizado caso requeira a nacionalidade a qualquer tempo.

25. Acerca dos direitos políticos previstos na Constituição Federal de 1988, marque o item correto.

- a) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os analfabetos, os maiores de sessenta e cinco anos e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- b) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até um ano antes do pleito.
- c) As manifestações favoráveis e contrárias às questões submetidas às consultas populares ocorrerão durante as campanhas eleitorais, sem a utilização de propaganda gratuita no rádio e na televisão.
- d) São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o terceiro grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.
- e) A idade mínima exigida para se candidatar ao cargo de Governador é de trinta e cinco anos.

26. No que tange organização do Estado, analise os itens abaixo:

I. A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

II. Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.

III. O número de Deputados à Assembleia Legislativa corresponderá ao triplo da representação do Estado na Câmara dos Deputados e, atingido o número de trinta e seis, será acrescido de tantos quantos forem os Deputados Federais acima de doze.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- e) se somente os itens II e III estiverem corretos.

27. A respeito do processo legislativo, assinale a alternativa correta:

- a) a iniciativa legislativa de emenda à Constituição pode ser proposta por mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, manifestando-se, cada uma delas, pela maioria absoluta de seus membros.
- b) É possível a edição de medida provisória que verse sobre direitos individuais ou sobre casos de inelegibilidade.
- c) Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto.
- d) É vedada a reedição, na mesma legislatura, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo.
- e) O Presidente da República não poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de sua iniciativa.

28. Compete privativamente ao Presidente da República, EXCETO:

- a) decretar o estado de defesa e o estado de sítio.
- b) vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- c) exercer o comando supremo das Forças Armadas, nomear os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, promover seus oficiais-generais e nomeá-los para os cargos que lhes são privativos.
- d) Decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional.
- e) iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição;

29. À luz dos dispositivos constitucionais, em relação ao Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- a) ao Poder Judiciário é assegurada autonomia política, administrativa e financeira.
- b) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos, brasileiros natos, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.
- d) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- e) o ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Thállius Moraes

30. No que se refere à concentração, desconcentração, centralização e descentralização administrativa, assinale a alternativa correta.

- a) Quando a administração pública transfere, por meio de contrato ou ato administrativo, a execução de um serviço a uma pessoa jurídica, mantendo a titularidade do serviço, ocorre a descentralização por outorga legal.
- b) Uma diferença entre os institutos da desconcentração e da descentralização é que, no primeiro, ocorre uma ruptura do vínculo hierárquico, enquanto, no segundo, o vínculo permanece.
- c) Ocorre a descentralização quando há distribuição interna de atividades dentro de uma mesma pessoa jurídica.
- d) A concentração é a técnica administrativa utilizada pela Administração Pública para extinção de seus órgãos, com o retorno da atividade para o centro de competências.
- e) A desconcentração material é aquela em que as competências são divididas delimitando as regiões onde cada órgão pode atuar.

31. Quando a lei concede à Administração Pública o poder para a prática de determinado ato de sua competência, instituindo os requisitos e elementos que, uma vez preenchidos, criam a obrigatoriedade da prática do ato, nos exatos moldes da lei, representa uma manifestação do poder

- a) hierárquico.
- b) vinculado.
- c) de polícia.
- d) regulamentar.
- e) discricionário.

32. A Administração Pública, ao fazer uso de sua supremacia na relação com os administrados, para impor-lhes uma obrigação independentemente da concordância destes, age embasada no atributo da

- a) imperatividade.
- b) autoexecutoriedade.
- c) autotutela.
- d) presunção de legitimidade.
- e) tipicidade.

33. A respeito da responsabilidade civil do Estado, analise os seguintes itens como verdadeiro (V) ou falso (F), assinalando a sequência correta.

- () O Estado é civilmente responsável por danos causados pelo usurpador de função.
 - () De acordo com a teoria do risco administrativo, a responsabilidade civil do Estado é objetiva em relação a morte de detento sob sua custódia, ante ao fato de se tratar de inobservância do seu dever constitucional específico de proteção.
 - () Para que resulte em responsabilidade civil do Estado, é necessário que o ato seja ilícito, praticado por um agente público e que gere prejuízo a terceiro.
 - () O Estado não será responsabilizado civilmente pelos danos causados a terceiro em virtude de uma lei que for eventualmente declarada inconstitucional.
- a) V - V - V - V.
 - b) V - F - F - V.
 - c) F - V - V - F.
 - d) F - V - F - F.
 - e) V - F - V - F

34. De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova lei de Licitações e Contratos), não se subordina ao regime desta Lei:

- a) concessão e permissão de uso de bens públicos.
- b) contratações de tecnologia da informação e de comunicação.
- c) prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados.
- d) locação.
- e) contratos que tenham por objeto operação de crédito, interno ou externo, e gestão de dívida pública, incluídas as contratações de agente financeiro e a concessão de garantia relacionadas a esses contratos.

35. Acerca da improbidade administrativa, assinale a alternativa incorreta:

- a) As ações de improbidade não admitem a celebração de acordo de não persecução cível.
- b) Particulares também podem ser responsabilizados nos termos da lei de improbidade administrativa.
- c) A representação por um ato de improbidade pode ser feita por qualquer pessoa, desde que devidamente identificada.
- d) O sucessor do sujeito ativo de um ato de improbidade está sujeito às cominações da lei de improbidade até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.
- e) A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza, que tenha sido apresentada à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil.

36. Antônio, servidor do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, recebeu, para si, diretamente, a quantia de dez mil reais de Orlando, advogado que possui diversos processos na Vara onde Antônio exerce suas funções. Conforme combinado entre eles, Antônio fez com que os processos desse advogado tramitassem com prioridade sobre os demais processos existentes nessa Vara, sem justificativa legal para tanto.

Consoante dispõe a Lei nº 8.429/1992, em tese:

- a) Antônio praticou ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a perda da função pública, mas Orlando não cometeu improbidade porque é particular.
- b) Antônio e Orlando praticaram ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a suspensão dos direitos políticos pelo período previsto na lei.
- c) Antônio e Orlando não praticaram ato de improbidade administrativa, porque não houve efetivo dano ao erário, mas respondem na seara criminal.
- d) Orlando praticou ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a perda da função pública, mas Antônio responde apenas nas esferas administrativa e criminal, porque é servidor público.
- e) Antônio praticou ato de improbidade administrativa, dentre cujas sanções está a perda dos valores acrescidos ilicitamente a seu patrimônio, mas Orlando não cometeu improbidade porque não é agente público.

37. Ademir, servidor público federal, é chefe da repartição onde trabalha. Embora nunca tenha praticado nenhuma infração anterior, Ademir aliciou seus subordinados no sentido de se filiarem a determinado partido político. De acordo com a Lei nº

8.112/90, observadas as formalidades legais, Ademir será sancionada com a penalidade disciplinar da:

- a) censura, que será aplicada após regular condenação.
- b) advertência, que será aplicada verbalmente ou por escrito.
- c) advertência, que será aplicada por escrito.
- d) demissão, que será aplicada mediante publicação no diário oficial.
- e) suspensão, cujo prazo máximo será de até noventa dias.

38. Considerando as disposições da Lei 9.784/99, que estabelece as regras aplicáveis aos processos administrativos em âmbito federal, analise os próximos itens.

- I - Os atos do processo administrativo são praticados mediante forma determinada, salvo quando a lei expressamente a dispensar.
- II - As decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade e serão consideradas editadas pela autoridade delegante.
- III - É impedido de atuar no processo administrativo a autoridade que seja amigo íntimo de um dos interessados no processo.

Conforme as proposições acima, podemos afirmar que

- a) Estão corretos apenas os itens I e II.
- b) Estão corretos apenas os itens I e III.
- c) Está correto apenas o item II.
- d) Todos os itens estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Bruno Klippel

39. O reclamante Zeus ajuizou reclamação trabalhista formulando os pedidos de adicional de insalubridade e indenização por danos materiais. A sentença lhe foi favorável apenas em relação ao pedido de indenização por danos materiais, razão pela qual resolveu recorrer, devendo assim interpor

- a) recurso ordinário no prazo de 5 dias.
- b) agravo de instrumento no prazo de 8 dias.
- c) agravo de petição no prazo de 10 dias.
- d) recurso ordinário no prazo de 8 dias.
- e) apelação da sentença no prazo de 15 dias.

40. A Consolidação das Leis do Trabalho apresenta um rol dos recursos admitidos no Processo Judiciário do Trabalho, dentre os quais estão incluídos

- a) embargos no Tribunal Superior do Trabalho de decisão não unânime de julgamento que homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- b) agravos de instrumento retidos para decisões interlocutórias que possam gerar nulidade processual.
- c) embargos infringentes para turma recursal de primeira instância nas ações que tramitam pelo rito sumário.
- d) apelações contra acórdão do Tribunal Regional onde não houve unanimidade na Turma.
- e) recursos especiais para o Superior Tribunal de Justiça em caso de ofensa literal à Constituição Federal.

41. Conforme as regras aplicáveis à execução no direito processual do trabalho e jurisprudência sumulada do TST, é INCORRETO afirmar:

- a) Na execução por carta precatória, os embargos de terceiro serão oferecidos no juízo deprecado, salvo se indicado pelo juízo deprecante o bem constrito ou se já devolvida a carta (art. 676, parágrafo único, do CPC de 2015).
- b) Compete à Justiça do Trabalho a execução dos termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho, os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia e, ex officio, as contribuições sociais devidas em decorrência de decisão proferida pelos Juízes e Tribunais do Trabalho, resultantes de condenação ou homologação de acordo judicial.
- c) Garantida a execução ou penhorados os bens, terá o executado 5 dias para apresentar embargos; sendo que a matéria de defesa será restrita às alegações de cumprimento da decisão ou do acordo, quitação ou prescrição da dívida, não cabendo instrução probatória por meio de testemunhas.
- d) Não fere direito líquido e certo do impetrante o ato judicial que determina penhora em dinheiro do executado, em execução definitiva, para garantir crédito exequendo, uma vez que obedece à gradação prevista no art. 655 do CPC.
- e) Em se tratando de execução provisória, não fere direito líquido e certo do impetrante a determinação de penhora em dinheiro, quando nomeados outros bens à penhora.

42. Odin pretende mover ação trabalhista em face da sua empregadora Empresa Pública Delta S/A, por entender que o seu gerente cometeu ato ilícito que lhe feriu a honra e boa fama, postulando indenização por danos morais no valor de R\$ 100.000,00, cumulada com pedido de pagamento de diferenças de comissões ajustadas no valor de R\$ 5.000,00. Segundo regras contidas em legislação própria quanto à competência territorial, a ação deve ser proposta na Vara

- a) do local onde foi celebrada a sua contratação.
- b) da localidade em que a empresa tenha agência ou filial e a esta o empregado esteja subordinado.
- c) do foro de eleição previsto no contrato de trabalho firmado entre as partes.
- d) da Justiça Federal da Capital do Estado onde a ré tenha sede, por se tratar de empresa pública.
- e) do foro de celebração do contrato ou no foro de domicílio do gerente que lhe ofendeu, em razão de ser esse o principal pedido do autor.

43. A empresa X possui 3 empregados; a Empresa Y possui 7 empregados e a empresa Z possui 10 empregados. Em reclamação trabalhista relativa ao pagamento de horas extras laboradas, NÃO terá o ônus de provar as horas trabalhadas com a apresentação do controle de frequência

- a) a empresa Z, somente.
- b) a empresa X, somente.
- c) as empresas X e Y, somente.
- d) as empresas Y e Z, somente.
- e) as empresas X, Y e Z.

44. Com relação ao procedimento sumaríssimo, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que

- a) os dissídios individuais, cujo valor não exceda a 60 vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.
- b) o juiz dirigirá o processo com liberdade para determinar as provas a serem produzidas, considerado o ônus probatório de cada litigante, podendo limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias, bem como para apreciá-las e dar especial valor às regras de experiência comum ou técnica.
- c) estão incluídas no procedimento sumaríssimo as demandas em que é parte a Administração pública direta, autárquica e fundacional.
- d) sobre os documentos apresentados por uma das partes manifestar-se-á a parte contrária em até 5 dias, a critério do juiz.
- e) em nenhuma hipótese admitir-se-á a realização de prova técnica, incumbindo ao juiz, quando sua realização for necessária, converter o rito para o procedimento ordinário.

45. No tocante às custas processuais, a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece que

- a) o pagamento das custas, sempre que houver acordo, caberá à Reclamada, pois deu causa ao processo.
- b) as custas serão, em qualquer caso, pagas pelo vencido, antes do trânsito em julgado da decisão.
- c) no processo de execução são devidas custas, de responsabilidade do executado ou do exequente, conforme o caso, sendo pagas após a liquidação de sentença.
- d) não sendo líquida a condenação, o juízo arbitrar-lhe-á o valor e fixará o montante das custas processuais.
- e) apenas nos dissídios individuais, no exercício da jurisdição trabalhista, as custas relativas ao processo de conhecimento incidirão à base de 1%, sem observância de importância mínima.

46. Para processar e julgar uma ação reclamatória trabalhista ou um dissídio coletivo, tanto o magistrado do trabalho como o desembargador do Tribunal Regional deverão reger-se pelas normas estabelecidas

- a) na Consolidação das Leis do Trabalho e, nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com essas normas.
- b) no Código de Processo Civil e, de forma subsidiária, por normas gerais previstas na Consolidação das Leis do Trabalho.
- c) na Constituição Federal e no direito processual comum, diante da ausência de regras específicas na Consolidação das Leis do Trabalho.
- d) somente no Código Processual Civil, conforme o poder de direção geral do processo determinado aos Juízes e Tribunais do Trabalho.
- e) na Consolidação das Leis do Trabalho ou na Lei de Execuções Fiscais, ou ainda, no Código Processual Civil, cabendo a escolha às partes, conforme a situação, e de acordo com a fase processual.

47. A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe sobre a organização dos Poderes do Estado, com capítulo próprio sobre o Poder Judiciário. De acordo com tais normas, são órgãos da Justiça do Trabalho:

- a) Superior Tribunal de Justiça, Tribunais Regionais do Trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento.
- b) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais de Justiça e Varas do Trabalho.
- c) Supremo Tribunal Federal, Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes do Trabalho.
- d) Tribunal Superior do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Juízes do Trabalho atuando em Varas do Trabalho.
- e) Supremo Tribunal do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal e Varas do Trabalho.

48. Os atos processuais são os acontecimentos voluntários que ocorrem no processo e dependem de manifestações dos sujeitos do processo. Termo, por sua vez, é a reprodução gráfica do ato processual. Quanto aos prazos, diz-se necessário que os atos processuais caminhem para frente, observando determinadas regras quanto ao tempo. No que diz respeito aos atos, termos e prazos processuais a Consolidação das Leis do Trabalho estabelece:

- a) Os atos processuais sempre serão públicos e realizar-se-ão nos dias úteis das 6 às 20 horas.
- b) A penhora poderá realizar-se em domingo, mas não em dia feriado, mediante autorização expressa do juiz ou presidente.
- c) Os prazos que vencerem em sábado, domingo ou dia feriado terminarão no primeiro dia seguinte, independentemente de ser dia útil ou não.
- d) Os prazos contam-se com inclusão do dia do começo e exclusão do dia do vencimento, e são contínuos e irrelevantes, não podendo, em nenhuma hipótese, ser prorrogados pelo juiz ou tribunal.
- e) Tratando-se de notificação postal, no caso de não ser encontrado o destinatário ou na hipótese de recusa de recebimento, o Correio ficará obrigado, sob pena de responsabilidade do servidor, a devolvê-la, no prazo de 48 horas, ao Tribunal de origem.

- 49.** Em se tratando de dissídio individual, a norma processual trabalhista prevê, como regra, a realização de audiência UNA, ou seja, em um determinado ato processual será realizada a tentativa de conciliação, a instrução processual e o julgamento. Nesse sentido,
- a) terminada a defesa, seguir-se-á a instrução do processo, sendo ouvidas as testemunhas, os peritos e os técnicos, se houver, e após será efetuado o interrogatório dos litigantes.
 - b) caso o reclamante não compareça na audiência inaugural, mesmo presente seu advogado, deverá necessariamente ser adiada a sessão.
 - c) é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, mas cujas declarações não obrigarão o proponente.
 - d) aberta a audiência, o Juiz proporá a conciliação, sendo que se não houver acordo, o reclamado poderá apresentar defesa oral no tempo máximo de 10 (dez) minutos.
 - e) deverão estar presentes o reclamante e o reclamado na audiência de julgamento, independentemente do comparecimento de seus representantes.

DIREITO DO TRABALHO

Antônio Daud

- 50.** De acordo com a CLT, a cada ____ consecutivas de trabalho, os trabalhadores em minas de subsolo terão direito a ____ pausa de _____ para repouso, a qual _____ computada na duração normal de trabalho efetivo:
- a) 3 horas / uma / 15 minutos / não será.
 - b) 6 horas / duas / 15 minutos / será.
 - c) 3 horas / uma / 15 minutos / será.
 - d) 1:40 hora / uma / 20 minutos / será.
 - e) 90 minutos / uma / 10 minutos / não será.

51. Julgue os itens abaixo:

- I. Em contratos de trabalho a termo, o empregador que despedir o empregado sem justa causa, ficará obrigado a pagar-lhe indenização à razão da metade da remuneração a que teria direito até o fim do contrato.
- II. Reconhecida a culpa recíproca na rescisão do contrato de trabalho, o empregado tem direito a 50% do valor do aviso prévio, do décimo terceiro salário e das férias proporcionais.
- III. É obrigatória a redução do horário normal de trabalho durante o aviso prévio no caso de a iniciativa da extinção contratual ser do empregador, a qual será de 2 horas diárias ou 7 dias corridos, com prejuízo da correspondente remuneração.

Estão corretos APENAS os itens:

- a) I e II.
- b) I.
- c) II.
- d) III.
- e) nenhum dos itens.

52. De acordo com a legislação brasileira, é proibido

- a) qualquer trabalho ao menor de 16 anos.
- b) qualquer trabalho ao menor de 14 anos.
- c) o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo, nesta idade, na condição de aprendiz.
- d) o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de vinte e um anos e de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de dezesseis anos.
- e) qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

53. O empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário por:

- a) até 2 dias consecutivos, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.
- b) pelo dobro de dias, para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.
- c) pelo tempo que se fizer necessário, quando, na qualidade de delegado de entidade sindical, estiver participando de reunião extraoficial de organismo internacional do qual o Brasil seja membro.
- e) até 2 dias, em cada 12 meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada.
- e) nos dias em que estiver comprovadamente realizando provas de exame vestibular para ingresso em estabelecimento de ensino superior.

54. A empregada Elis tem jornada diária de 4hs de trabalho. Liz possui jornada de 6 hs diárias e Beatriz tem jornada de 7 hs ao dia. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, a duração dos intervalos que devem ser concedidos às empregadas:

- a) sem intervalo/ 15 minutos / 1 hora.
- b) 15 minutos/ 1 hora / 1 hora.
- c) sem intervalo/ 1 hora / 2 horas.
- d) sem intervalo/ 1 hora / 1 hora.
- e) 1 hora / 2 horas / 2 horas.

55. Na extinção do Contrato de Trabalho, segundo prevê a CLT, o empregador deverá proceder à anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social, comunicar a dispensa aos órgãos competentes e realizar o pagamento das verbas rescisórias, o qual

- a) poderá exclusivamente em dinheiro ou depósito bancário, em qualquer caso.
- b) poderá exclusivamente em depósito bancário ou cheque visado.
- c) poderá ser compensado com eventual desconto, limitado a 3 meses de remuneração.
- d) deverá ser efetuado em até dez dias contados a partir do término do contrato.
- e) deverá ser objeto de homologação judicial quando o empregado tiver mais de 1 (um) ano de serviço na mesma empresa.

56. Segundo prevê a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), caracteriza hipótese ensejadora da rescisão do contrato de trabalho por justa causa:

- a) perda de requisito legal para exercício de profissão em decorrência de qualquer conduta do empregado.
- b) ato de improbidade, caracterizado como aquele contrário à moral em geral.
- c) ato de indisciplina, consistente no desrespeito a regras gerais emanadas do empregador.
- d) ato de insubordinação, consistente no desrespeito a regras gerais emanadas do empregador.
- e) abandono de emprego, presumido nas situações em que o trabalhador não comparece ao serviço no prazo de 15 dias.

57. Segundo prevê a CLT, o pagamento do salário do empregado deverá ocorrer, o mais tardar

- a) até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, quando houver sido estipulado por mês.
- b) até o último dia útil do mês vencido, quando houver sido estipulado por mês .
- c) até o primeiro dia útil do mês subsequente ao vencido, quando houver sido estipulado por mês.
- d) até o quinto dia útil do mês subsequente ao vencido, no caso do trabalhador intermitente.
- e) até o terceiro dia útil do mês subsequente ao vencido, quando houver sido estipulado por mês.

58. Sousa, empregado da empresa Kaiaque Dourado, em seu atual período aquisitivo de férias, teve ao todo 15 faltas, sendo 14 injustificadas e 1 justificadamente. Neste caso, é correto afirmar que fará jus a:

- a) 30 dias corridos de férias.
- b) 26 dias corridos de férias.
- c) 24 dias corridos de férias.
- d) 20 dias corridos de férias.
- e) 18 dias corridos de férias.

59. A respeito da previsão celetista acerca do grupo econômico, NÃO é correto afirmar que:

- a) tem como consequência a responsabilidade solidária pelas obrigações decorrentes da relação de emprego.
- b) é suficientemente caracterizado quando houver identidade de sócios.
- c) sua caracterização exige a demonstração do interesse integrado, a efetiva comunhão de interesses e a atuação conjunta das empresas dele integrantes.
- d) representa uma forma de proteção ao trabalhador, na medida em que amplia as chances de recebimento de seus créditos trabalhistas.
- e) pode ser caracterizado quando cada empresa mantém sua autonomia, embora atue de forma conjunta com outras pessoas jurídicas.

60. A respeito dos trabalhadores em turnos ininterruptos de revezamento, é correto afirmar que:

- a) a duração do trabalho se sujeita ao limite de sete horas, salvo negociação coletiva.
- b) a duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada.
- c) a duração do trabalho se sujeita ao limite de seis horas, facultada exclusivamente a compensação de horários e a redução da jornada.
- d) a duração do trabalho se sujeita ao limite de seis horas, sendo possível estabelecer jornada de oito horas, por meio de negociação coletiva, hipótese em que os empregados não têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.
- e) a duração do trabalho se sujeita ao limite de seis horas, sendo possível estabelecer jornada de oito horas, por meio de negociação coletiva, hipótese em que os empregados têm direito ao pagamento da 7ª e 8ª horas como extras.

Preencha seu gabarito

<https://bit.ly/Simulado-TRT-AL-TJ-AA-04-12>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>